

## **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 40, DE 2003**

*"Modifica os arts. 37, 40, 42, 48, 96, 142 e 149 da Constituição Federal, o art. 8º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e dá outras providências."*

### **EMENDA MODIFICATIVA** **(Do Deputado Arnaldo Faria de Sá e outros)**

Dê-se, ao art. 8º da PEC nº 40, a seguinte redação:

*"Art. 8º Para os servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que ingressaram no serviço público até a data de publicação desta Emenda, os proventos de aposentadorias e pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.*

*§ 1º O cálculo dos proventos de aposentadoria, por ocasião da sua concessão, serão calculados com base na remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria e, na forma da lei, corresponderão à totalidade da remuneração, **se inferior ao valor máximo dos benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da Constituição, ou a esse valor acrescido de um trinta e cinco avos ou um trinta avos, se homem ou mulher, respectivamente, da parcela de remuneração que o exceder para cada ano de efetivo exercício no serviço público, se superior.***

*§ 2º Ao servidor de que trata o caput, somente poderá ser aplicado o limite estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da Constituição, mediante sua prévia e expressa opção, desde que instituído o regime de previdência de que trata o § 14 do art. 40 da Constituição Federal.*

*§ 3º Até que lei discipline os critérios de concessão do benefício previsto no § 7º do art. 40 da Constituição Federal, o seu valor será igual ao dos proventos do servidor falecido ou ao dos proventos a que teria direito o servidor em atividade na data de seu falecimento, **se inferior ao valor máximo dos benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da Constituição, ou a esse valor acrescido de um trinta e cinco avos ou um trinta avos, se homem ou mulher, respectivamente, da parcela de remuneração que o exceder para cada ano de efetivo exercício no serviço público, se superior.***

*....."*

## JUSTIFICAÇÃO

A regra de transição prevista no art. 8º da PEC nº 40 implica em gravíssimos prejuízos aos servidores em atividade na data da sua promulgação.

Já no seu artigo 1º, propõe a aplicação imediata a todos os servidores, sem considerar direitos acumulados ou em fase de aquisição, da nova regra de cálculo, que considerará a média dos salários de contribuição para o RGPS e para o Regime Próprio, ao longo de toda a vida do servidor.

Os efeitos da extinção do direito à aposentadoria integral do servidor poderão ser muito perversos, e ainda mais se combinados com os demais dispositivos, que permitem a redução do valor das pensões em 30%. Sendo o benefício calculado com base na média das remunerações utilizadas como base das contribuições, sejam elas recolhidas para o regime próprio ou o regime geral do INSS, teremos um período básico de cálculo de 30 ou 35 anos, se mulher ou se homem. Ou seja, serão consideradas as contribuições recolhidas **por toda a vida** do trabalhador – embora, como é notório, nenhum órgão de Governo estadual e municipal disponha de dados com essa longevidade, ou seja, retroativos a mais de 30 anos atrás. Ainda que esses dados sejam obtidos – ou registrados, doravante – o seu efeito implica em que, ao se aposentar, um servidor que tenha 35 anos de contribuição **como servidor público** ocupante de cargo efetivo, mas que tenha enfrentado uma variação de renda da ordem de 100% ao longo desse período, sofrerá uma redução de **25% no valor de sua aposentadoria**. Mesmo que não seja implementado o regime complementar, **nenhum** servidor obterá aposentadoria integral, pois o benefício estará limitado ao resultado de uma média que considerará os salários de contribuição de seu tempo de atividade no setor privado, limitados a tetos de contribuição que, desde 1991, foram sempre inferiores a dez salários mínimos, e mesmo que a Emenda eleve esse teto para R\$ 2.400,00, implicará drástica redução no valor do benefício. Veja-se, por exemplo, ignorando a inflação, o caso de um servidor que tenha, durante os últimos 35 anos, contando 20 anos de atividade privada e 15 anos de serviço público, tenha recebido o teto do RGPS e um valor, no serviço público, constante, de R\$ 5.000,00. Esse servidor se aposentaria, amanhã, com uma renda máxima de R\$ 3.000, ou seja, com perda de 40% no valor de seu benefício. Um magistrado, por exemplo, que tenha contribuído durante os mesmos 20 anos sobre o teto do RGPS e sobre R\$10.000 ao longo dos últimos 15 anos, teria um benefício de apenas R\$ 5.100,00, sem qualquer respeito ao direito acumulado ou à expectativa de direito.

Quanto às pensões, o artigo é perverso, pois permite reduzir o valor do provento, em qualquer faixa de valor, em 30%. Um aposentado com renda de R\$ 1.000 deixará pensão de R\$ 700 para sua viúva. Um aposentado com renda de R\$ 500 deixará pensão de R\$ 350 para sua viúva. A PEC não faz diferenciação entre baixos e altos salários, penalizando os mais fracos, e discriminando o pensionista de servidor público que apenas por essa condição será penalizado. Vale ressaltar que o artigo 40 afasta essa

discriminação, pelo menos, no que se refere à contribuição do aposentado e pensionista, pois a mesma incidirá apenas sobre a parcela acima de R\$ 2.400, regra que não apenas permite sustentar a cobrança – incidente sobre os altos salários – como afasta a inconstitucionalidade que está presente no parágrafo único do art. 5º da PEC. Mas não avança o suficiente, pois permite cobrar sobre proventos de idosos além da idade de 70 anos – penalizando-os além do razoável – e mesmo sobre aposentadorias por invalidez.

Os efeitos da extinção do direito à aposentadoria integral do servidor poderão ser muito graves, e ainda mais se combinados com os demais dispositivos, que permitem a redução do valor das pensões em 30%. Sendo o benefício calculado com base na média das remunerações utilizadas como base das contribuições, sejam elas recolhidas para o regime próprio ou o regime geral do INSS, teremos um período básico de cálculo de 30 ou 35 anos, se mulher ou se homem. Ou seja, serão consideradas as contribuições recolhidas **por toda a vida** do trabalhador – embora, como é notório, nenhum órgão de Governo, seja federal, estadual e municipal disponha de dados com essa longevidade, ou seja, retroativos a mais de 30 anos atrás. Ainda que esses dados sejam obtidos – ou registrados, doravante – o seu efeito implica em que, ao se aposentar, um servidor que tenha 35 anos de contribuição **como servidor público** ocupante de cargo efetivo, mas que tenha enfrentado uma variação de renda da ordem de 100% ao longo desse período, sofrerá uma redução de **25% no valor de sua aposentadoria**.

Na prática, **nenhum** servidor obterá aposentadoria integral, pois o benefício estará limitado ao resultado de uma média que considerará os salários de contribuição de seu tempo de atividade no setor privado, limitados a tetos de contribuição que, desde 1991, foram sempre inferiores a dez salários mínimos, e mesmo que a Emenda eleve esse teto para R\$ 2.400,00, implicará drástica redução no valor do benefício. Veja-se, por exemplo, ignorando a inflação, o caso de um servidor que tenha, durante os últimos 35 anos, contando 20 anos de atividade privada e 15 anos de serviço público, tenha recebido o teto do RGPS e um valor, no serviço público, constante, de R\$ 5.000,00. Esse servidor se aposentaria, amanhã, com uma renda máxima de R\$ 3.000, ou seja, com perda de 40% no valor de seu benefício. Um magistrado, por exemplo, que tenha contribuído durante os mesmos 20 anos sobre o teto do RGPS e sobre R\$10.000 ao longo dos últimos 15 anos, teria um benefício de apenas R\$ 5.100,00, sem qualquer respeito ao direito acumulado ou à expectativa de direito. As simulações feitas a partir de diferentes cenários e valores permitem concluir que haverá casos em que redução do benefício será de mais de 50%, em relação ao atual valor previsto, atingindo, além disso, todas as faixas salariais no serviço público, e não apenas os grandes salários.

Quanto às pensões, a regra de transição é perversa, pois permite reduzir o valor do provento, em qualquer faixa de valor, em 30%. Um aposentado com renda de R\$ 1.000 deixará pensão de R\$ 700 para sua viúva. Um aposentado com renda de R\$ 500 deixará pensão de R\$ 350 para sua viúva. A PEC não faz diferenciação entre baixos e altos salários, penalizando os mais fracos, e discriminando o pensionista de servidor público que apenas por essa condição será penalizado. Vale ressaltar que o artigo 40 afasta essa discriminação, pelo menos, no que se refere à contribuição do aposentado e pensionista, pois a mesma incidirá apenas sobre a parcela acima de R\$ 2.400, regra que não apenas permite sustentar a cobrança – incidente sobre os altos salários – como afasta a inconstitucionalidade que está presente no parágrafo único do art. 5º da PEC. Mas não

avança o suficiente, pois permite cobrar sobre proventos de idosos além da idade de 70 anos – penalizando-os além do razoável – e mesmo sobre aposentadorias por invalidez.

A presente emenda visa sanar esses problemas. Primeiro, mantendo o direito à aposentadoria integral do servidor após 35 anos de contribuição, pois esse direito é fundamental para a garantia do exercício isento dos cargos públicos e da profissionalização do servidor, que abre muitas vezes mão de uma carreira mais rápida e melhores salários no setor privado em favor de seu compromisso com o interesse público e em troca da estabilidade e dos proventos integrais.

Propomos, alternativamente, que para os atuais servidores o direito à integralidade seja proporcional ao tempo de serviço público efetivo, ou seja, que a cada ano de serviço público seja acrescido, ao provento do servidor, 1/30 ou 1/35 avos da diferença entre a sua remuneração e o teto de benefícios do RGPS. Dessa forma, um servidor com 35 anos de serviço público teria direito a aposentadoria integral, qualquer que seja a sua remuneração, observado o teto do art. 37, XI. Mas, a cada ano de atividade privada computado para a aquisição do direito, haveria uma redução de 2,8% sobre a parcela excedente ao teto do RGPS. Dessa forma, um servidor com remuneração de R\$ 5 mil, com 20 anos de atividade privada e 15 de serviço público, teria provento de R\$ 3.514, ou 70% do total. Um servidor com 20 anos de serviço público, no total de 35, teria provento de R\$ 3.880, ou 77% do total. Um servidor com 25 anos de serviço público, no total de 35, teria provento de R\$ 4.257, ou 85% do total. No entanto, quando não cumprida a carência para aposentadoria no serviço público, o critério de cálculo da aposentadoria seria, aí sim, baseado na média das remunerações percebidas nos 120 meses anteriores à aposentadoria. Reduz-se, portanto, a perda, sem acarretar prejuízo à essência do direito à integralidade, e sem sacrificar-se o princípio da paridade de reajuste.

Em segundo lugar, propomos equalizar os direitos de pensão dos segurados que percebam até R\$ 2.400, afastando, até essa faixa de renda, o redutor de 30%, afastando, assim, o prejuízo aos que se situam nas faixas menores de remuneração, em favor do direito à isonomia.

Por último, assumindo-se que haja benefícios a serem concedidos em bases diferenciadas, reconhece-se a aplicação da paridade e integralidade apenas para os servidores que cumpram os requisitos de carência no regime próprio, permitindo-se, nos demais casos, que o benefício seja calculado com base na média de salários de contribuição dos últimos 120 meses de atividade.

Sala da Comissão em, 03 de julho de 2003

**ARNALDO FARIA DE SÁ**  
**Deputado Federal - São Paulo**